

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.668 - SC (2019/0093590-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : VALTAIR BRANGER (PRESO)
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS RODRIGUES - SC046216
LUIZA LOPES BANDEIRA - SC051012
KRISLEY MARBA SILVA VASQUES - SC052248
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por VALTAIR BRANGER contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento do HC n. 4006349-44.2019.8.24.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado à pena 14 anos de reclusão, em regime inicial fechado, por infração ao art. 121, § 2º, inc. IV, do Código Penal (homicídio qualificado), já tendo a condenação transitada em julgado.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, pleiteando o afastamento da qualificadora, por entender existir incompatibilidade do elemento surpresa com o dolo eventual em acidente de trânsito.

A Corte *a quo*, por sua vez, por decisão singular do desembargador relator, não conheceu do *writ* (fls. 25/26).

No presente recurso, reitera os argumentos, afirmando ser "*totalmente incompatível a qualificadora do "recurso que dificulte a defesa da vítima" para com o homicídio em acidente de trânsito em que foi reconhecido o dolo eventual por parte do agente no cometimento do ilícito*" (fl. 43). Requer, em liminar e no mérito, que seja excluída a qualificadora relativa ao elemento surpresa, com o consequente redimensionamento da pena do paciente, bem como a fixação de regime mais brando.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações

relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

